

Revista

da Escola Nacional da Magistratura
Associação dos Magistrados Brasileiros

Ano VII - 6 - Novembro 2012



TESES

1. Apresentação	6
2. A verdadeira igualdade na distribuição de processos Aluizio Pereira dos Santos	12
3. Administração do Poder Judiciário: alteração da forma de escolha dos cargos diretivos dos tribunais Carlos Eduardo Richinitti	15
4. Administração Judiciária – Seleção e formação de juízes – Propostas de alterações na Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça Ricardo Pippi Schmidt	20
5. Alterar o art. 103-B da Constituição Federal, quanto à composição e às atribuições do Conselho Nacional de Justiça Diógenes Vicente H. Ribeiro	26
6. Aposentadorias e pensões do Poder Judiciário: integralidade e paridade Maria Isabel Pereira da Costa	29
7. Assessorias de imprensa às unidades judiciárias José Luiz Leal Vieira	32
8. Barcos da Justiça: cidadania efetiva na região amazônica José Barroso Filho	35
9. Câmaras de conciliação – Uma proposta contra a morosidade do Poder Judiciário Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz	39
10. Centros integrados de cidadania José Barroso Filho	42
11. Concretização do direito humano de acesso à Justiça: imperativo ético do Estado Democrático de Direito Marcelo Maliizia Cabral	46
12. Criação de Comissão dos Direitos Humanos nos tribunais, como auxiliar nas políticas ligadas ao combate à tortura João Ricardo dos Santos Costa	52

13. Criação de conselhos comunitários nos juizados especiais	54
Maria Gilmaíse de Oliveira Mendes Maria das Graças Almeida de Quental	
14. Da imprestabilidade da taxa de congestionamento para a aferição de litigiosidade, produtividade e eficiência de varas criminais	59
Anastácio Lima de Menezes Filho	
15. Democratização do Judiciário – Participação dos magistrados nos órgãos de gestão	63
Jorge Luiz Lopes do Canto	
16. Efetividade do acesso à justiça: criação obrigatória de juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	66
Hígyna Josita Simões de Almeida Bezerra	
17. Formação dos juizes da Justiça Militar para atuação democrática	70
Fernando A. N. Galvão da Rocha	
18. Garantia do direito de sufrágio aos presos provisórios	75
Fernando A. N. Galvão da Rocha	
19. Gestão de ações de massa	78
João Ricardo dos Santos Costa	
20. Gestão do Poder Judiciário – Juiz administrador	80
Ney Wiedemann Neto	
21. Medidas a serem adotadas pela AMB junto às instituições de ensino jurídico do país	83
Vanderlei Deolindo	
22. Na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, terão assento como conselheiros os representantes das escolas estaduais e federais	86
Diógenes Vicente H. Ribeiro	
23. Nas soluções autocompositivas o juiz não está limitado nem deve ficar adstrito ao pedido e à contestação (lide processual)	87
Roberto Portugal Bacellar	
24. Nos modelos consensuais autocompositivos (conciliação, mediação) não há produção de provas	91
Roberto Portugal Bacellar	

SUMÁRIO

25. O princípio da separação dos poderes e o regime previdenciário dos magistrados Cláudio Luís Martinewski	93
26. Papel das escolas na formação do magistrado: curso obrigatório de gestão jurisdicional Higyna Josita Simões de Almeida Bezerra	100
27. Participação de todos os magistrados nas eleições para os cargos administrativos dos tribunais Thiago Melosi Sória	103
28. Planejamento estratégico do Poder Judiciário – Descentralização administrativa e gerencial – Processo eletrônico Jorge Luiz Lopes do Canto	105
29. Planejamento estratégico e orçamento participativo: a fundamental contribuição dos magistrados José Barroso Filho	109
30. Planejamento estratégico em comarca Vanderlei Deolindo	113
31. Procedimentos judiciários – Modernização e racionalização dos procedimentos judiciários Jorge Luiz Lopes do Canto	115
32. Prorrogação da competência da Vara do Tribunal do Júri Aluizio Pereira dos Santos	118
33. Unificação de entrâncias na magistratura estadual Giordane de Souza Dourado Laudivon de Oliveira Nogueira	123
MONOGRAFIAS	
34. A pressa da justiça morosa Roberto Portugal Bacellar	127
35. Da hierarquia à democracia: a difícil aproximação entre o discurso e a realidade judiciária Guilherme Newton Dumont Pinto	138
36. Democratização dos tribunais: Eu quero votar para Presidente ! Roberto da Silva Fragale Filho	160
Revista ENM _____	7

37. Educação para formação de juízes-gestores: um novo paradigma para um Judiciário em crise Hygina Josita Simões de Almeida Bezerra	175
38. O Poder Judiciário e a coesão social Gláucia Falsarella Pereira Foley	188
GESTÃO	
39. A aprendizagem como ferramenta estratégica na administração judiciária Roberto Portugal Bacellar	208
40. A melhor reforma da Justiça do Trabalho: a formação do juiz Amauri Mascaro Nascimento	228
41. As duas demoras da Justiça José Ernesto Lima Gonçalves	247
42. Autonomia financeira dos tribunais e gestão orçamentária eficiente – Exigência constitucional Luiz Felipe Siegert Schuch	258
43. Democracia e Poder Judiciário: propostas para uma nova Justiça Brasileira Fernando Cesar Baptista de Mattos Vilian Bollmann	300
44. Gestão estratégica no Judiciário: aspectos conceituais e lições aprendidas Newton Meyer Fleury	315
45. Judiciário do novo tempo Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu	334
46. O Judiciário que queremos... Reflexões sobre o planejamento estratégico do Poder Judiciário Luciano Athayde Chaves	356
47. Planejando o Judiciário em cima e embaixo Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro	375

175	48. Poder Judiciário: uma nova construção institucional Maria Tereza Aina Sadek	392
-----	--	-----

188	49. Proposta orçamentária do Poder Judiciário Luís Felipe Salomão	412
-----	--	-----

ARTIGOS GERAIS

208	50. A função de controle como fundamento do Estado Democrático de Direito Lucas Rocha Furtado	424
-----	--	-----

228	51. A responsabilidade do Juiz na condução racional do processo José Renato Nalini	442
-----	---	-----

247	52. Democratizar o Acesso à Justiça: uma Contribuição Baseada em Políticas Públicas Rogerio Favreto Marcelo Sgarbossa	470
-----	---	-----

258	53. O crime de lavagem de dinheiro e o cenário político, social e econômico que envolve a especialização de Varas Criminais Fausto Martins de Sanctis	495
-----	--	-----

268	54. O princípio da oralidade como componente racional de gestão democrática do processo penal Leonardo Augusto Marinho Marques	506
-----	---	-----

278	55. As sociedades de economia mista – Aspectos relevantes Nelson Sá Gomes Ramalho	521
-----	--	-----